JUSTIFICATIVA

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de ser submetido ao exame e deliberação dessa Egrégia Câmara, o incluso projeto de lei que dispõe sobre o processo administrativo fiscal e cria o Conselho Municipal de Tributos.

Cumpra observar, por primeiro, que a presente proposição busca aperfeiçoar a sistemática atualmente prevista na Lei nº 13.602, de 12 de junho de 2003, incorporando medidas para, dentre outras finalidades, melhorar a eficiência, da Administração Tributária e o relacionamento desta com os contribuintes.

Nesse sentido, a proposição inclui os necessários mecanismos para coibir a interposição de recursos meramente protelatórios, bem como para a comunicação ao Ministério Público de possíveis crimes tributários. Destaca-se, ainda, a definição de um claro posicionamento quanto ao eventual afastamento da aplicação da legislação tributária pelos órgãos julgadores, na esteira do que vem sendo adotado por outros entes da federação.

Além dessas inovações, emergem, também, as seguintes:

- a) previsão expressa quanto à utilização de meio eletrônico para as notificações e intimações, bem como para a prática de outros atos;
- b) determinação para que não se execute procedimento fiscal quando os custos claramente superem a expectativa do correspondente benefício tributário (art. 6º);
- c) cobrança amigável e inscrição na dívida ativa dos créditos tributários informados pelo sujeito passivo por meio de declaração (art. 9º);
- d) aperfeiçoamento da lavratura de auto de infração (art.11 e seguintes);
- e) aperfeiçoamento dos procedimentos de correção de erros das notificações de lançamento e de autos de infração (art. 14 e seguintes);
- f) garantia de vista do processo na repartição fiscal em que se encontre (art. 19);
- g) julgamento prioritário dos processos de maior valor o em que estiverem presentes indícios de crime contra a ordem tributária (art. 31);
- h) possibilidade de o sujeito passivo recolher parcialmente o tributo, em relação à parcela não impugnada ou recorrida (art. 33); esta possibilidade somente terá eficácia quando for regulamentada (art. 89);
- i) ampliação do prazo para o contribuinte impugnar o lançamento do IPTU - de 30 para 90 dias (art. 36);

j) indicação dos representantes dos contribuintes será feita por entidades representativas de categoria econômica ou profissional (art. 55, § 30);

l) definição de procedimentos para condução de denúncia de atos ou fatos que possam configurar infração à legislação tributária (art. 81).

Relativamente à criação de órgãos e de cargos, há, no presente projeto, uma diminuição comparativamente à Lei nº 13.602, de 2003:

a) o presente projeto não mais contempla a criação de Divisões de Revisão e Julgamento e respectivos cargos, prevista no art. 84 e seguintes da Lei nº 13.602, de 2003;

b) quanto à Secretaria do Conselho, mantêm-se os cargos previstos na referida lei, porém a estrutura e atribuições da Secretaria passam para o Regimento Interno;

c) quanto aos demais órgãos e cargos do Conselho, o presente projeto os mantém conforme concebidos na referida lei.

Verifica-se, assim, que o projeto ora apresentado não acarreta qualquer aumento de despesa, além daquela que já foi considerada relativamente à Lei nº 13.602, de 2003, não enfrentando, portanto, quanto a esse aspecto, qualquer óbice no tocante à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Nessas condições, submeto a propositura à consideração dessa Egrégia Casa Legislativa, ressaltando o relevante interesse público de que se reveste a medida.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e consideração.

GILBERTO KASSAB
Vice-Prefeito em exercício
no cargo Prefeito